



Fundação Embratel de Seguridade Social

Política de Investimentos (2021 -2025)

PCV I

Plano TELOS Contribuição Variável I

Índice:

1. Cenário Macroeconômico

- 1.1. O ano de 2020
- 1.2. Para o período de 2021 a 2025

2. Objetivos da gestão

3. Alocação de recursos

- 3.1. Renda Fixa
- 3.2. Renda Variável
- 3.3. Investimentos Estruturados
- 3.4. Investimentos no Exterior
- 3.5. Imobiliário
- 3.6. Operações com Participantes
- 3.7. Limites de Alocação

4. Diversificação

- 4.1. Renda Fixa
- 4.2. Renda Variável
- 4.3. Investimentos Estruturados
- 4.4. Investimento no Exterior
- 4.5. Imobiliário
- 4.6. Operações com Participantes
- 4.7. Limites de Alocação e Concentração por emissor e por Investimentos

5. Gestão TELOS - Operações

6. Gestão Terceirizada

7. Gerenciamento de Riscos

8. Derivativos

9. Apreçamento dos ativos financeiros

10. Responsabilidade Socioambiental e Governança

11. Mitigação de Potenciais Conflitos de Interesses

12. Separação de Responsabilidades e Alçadas

13. Rentabilidades nos Últimos 5 Anos

14. Operações com Patrocinadores

15. Comunicação com os Participantes

1. Cenário Macroeconômico

1.1. O ano de 2020

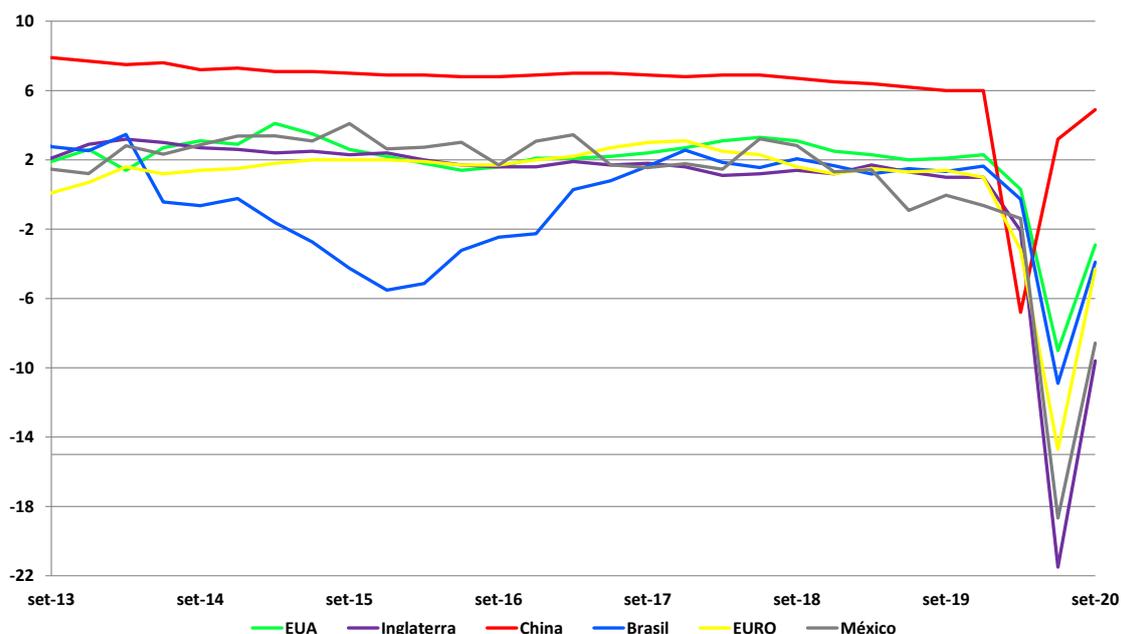
Cenário Externo

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia do COVID-19, que se iniciou ainda em janeiro na China e rapidamente se espalhou por todos os continentes, notadamente a partir de março. A pandemia trouxe fortes medidas de isolamento social, ocasionando uma enorme desaceleração econômica. Todos os setores foram afetados de alguma forma, mas o maior impacto foi no setor de serviços. Os bancos centrais reagiram com forte estímulo monetário, cortando ainda mais as taxas de juros, que já eram baixas, e os governos atuaram via política fiscal, buscando distribuir recursos aos agentes econômicos em necessidade. Os mercados financeiros sofreram bastante no início da pandemia, mas conseguiram se recuperar quando a atividade se recompôs, apesar da volatilidade permanecer elevada.

O ano também viu a disputada eleição americana, entre Donald Trump (republicano) e Joe Biden (democrata). A vitória foi de Biden, mas sem uma definição sobre se os democratas conseguiriam uma maioria significativa no Congresso americano. O mercado interpretou positivamente o resultado das eleições, pois entendem que Biden seria menos combativo na Guerra Comercial com a China e outros países, buscando acordos e consensos.

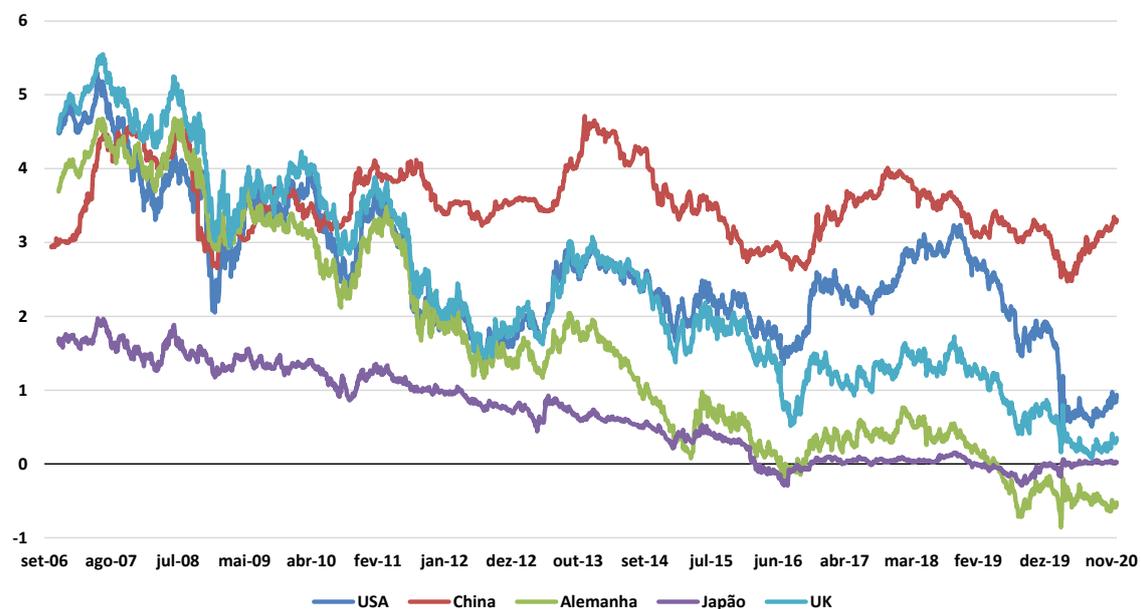
A China foi o país que mais rapidamente recuperou a confiança econômica, seja pelo dinamismo da economia quanto pelas melhores medidas de controle da pandemia. O mesmo não ocorreu com a Europa, que sofreu com as medidas de isolamento econômico atrelada a uma economia já fragilizada

PIB: Ano contra ano anterior (Fonte: Bloomberg)



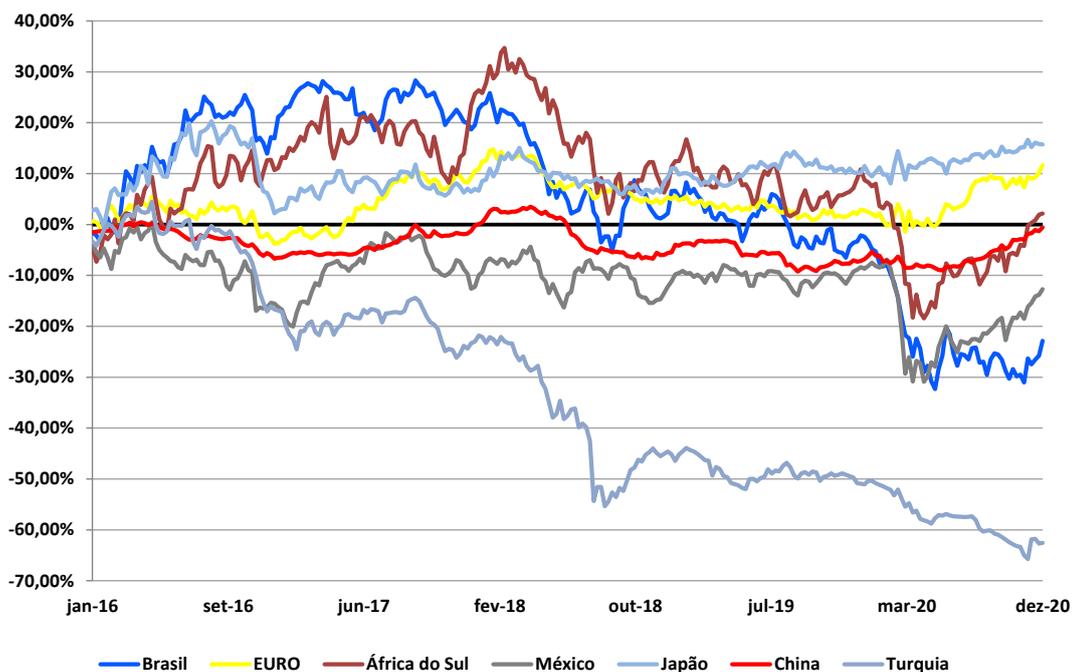
O gráfico acima mostra a evolução do PIB de algumas das maiores economias do mundo. O impacto da pandemia no segundo semestre é marcante, com uma forte recuperação no terceiro trimestre. A questão é como irá se comportar depois do final dos estímulos fiscais e monetários.

Juros Globais: Taxas dos Títulos 10 Anos - 2006-2020 (Fonte: Bloomberg)



Inicialmente, esperava-se um ano de normalização dos juros, que vinham de muitos anos de patamares baixos. A pandemia, porém, forçou os bancos centrais a cortarem novamente os juros, buscando frear a queda da atividade.

Câmbio: Moedas em relação ao USD - 2016-2020 (Fonte: Bloomberg)



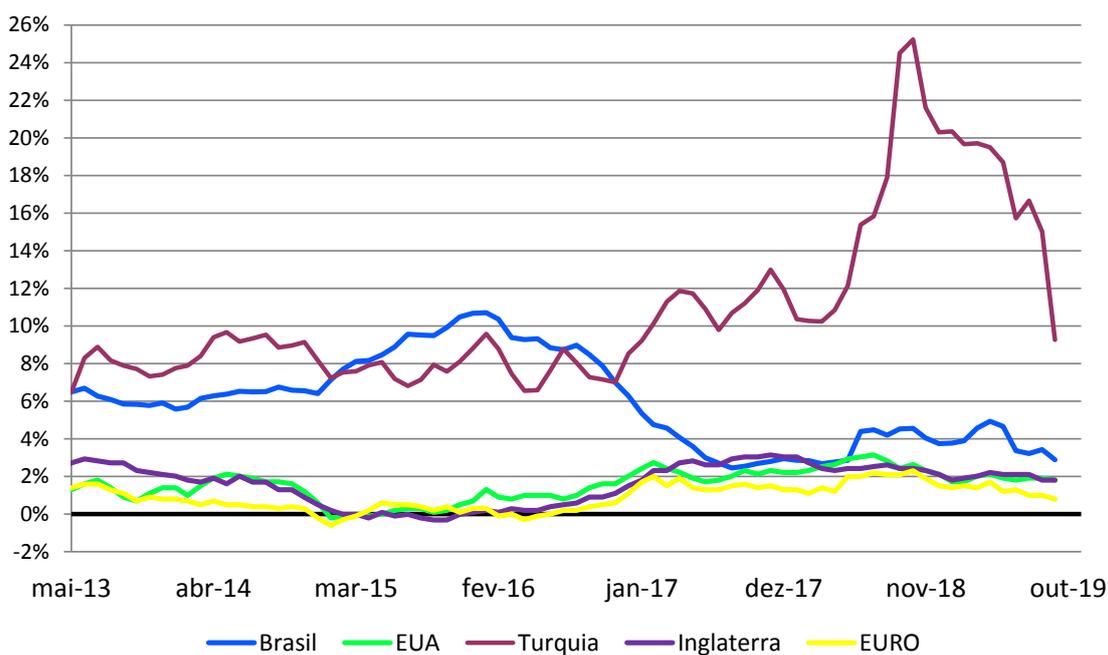
A pandemia causou grande aumento da aversão ao risco pelos mercados globais, o que resultou em forte desvalorização das moedas dos países emergentes. No gráfico, vemos a rápida queda das moedas dos países deste segmento: África do Sul, México, Brasil e Turquia. Com a possibilidade maior de uma vacina para 2021, o mercado começou a adotar um tom mais otimista e houve recuperação destas moedas, ainda que parcial.

Cenário Interno

No começo de 2020, a expectativa era pela continuação da agenda de reformas no Congresso e uma aceleração do crescimento relativo aos anos anteriores. A pandemia, porém, alterou este cenário, e vimos uma forte expansão dos gastos, com auxílios para cidadãos e empresas. A questão fiscal, que estava sendo pouco a pouco debelada, voltou ao foco, com rápido aumento da relação dívida/PIB.

Quanto ao desempenho da economia, tivemos uma forte queda no segundo trimestre durante o auge da pandemia, seguida de forte recuperação no terceiro trimestre com a reabertura das atividades e estímulos governamentais. O Banco Central atuou cortando os juros de forma vigorosa, chegando ao nível de 2% ao ano, o mais baixo registrado na história

Inflação Acumulada 12 meses (Fonte: Bloomberg)



No ambiente da pandemia, a retração da atividade causou um recuo imediato da inflação principalmente nos países desenvolvidos. Os países emergentes, porém, viram aceleração da inflação devido à desvalorização de suas moedas, que contaminaram os preços dos produtos importados e as commodities agrícolas e minerais. Apesar disso, no Brasil o IPCA se manteve próximo da meta, mas houve um enorme descasamento com o IGP. Esse descasamento ocorreu principalmente pelo efeito do dólar que é muito forte no IGP, enquanto que os serviços, que foram muito deflacionários, tem o impacto maior no IPCA.

1.2. Para o período de 2021 a 2025

Cenário Externo

O ano de 2021 terá como principal vetor a busca por uma resolução para a pandemia do COVID-19. A expectativa é que as vacinas sejam parte dessa solução, e nesse sentido, vários países já se planejam para iniciar campanhas de vacinação, com destaque para o Reino Unido, que já iniciou sua campanha.

Todavia, ainda não existe certeza sobre a eficácia das vacinas, dado que tiveram que estão sendo produzidas em tempos recordes.

Nos EUA, veremos o início da presidência de Joe Biden, e o mercado acompanhará de perto sua agenda. Um ponto importante será o segundo-turno das eleições senatoriais do estado da Geórgia, que ocorrerá nos primeiros dias de janeiro, com duas cadeiras em jogo. Os republicanos precisam ganhar uma cadeira para garantir sua maioria, e com isso poder vetar pautas mais radicais de Biden sem necessidade de acordos com a oposição.

Na Ásia, a expectativa é de vigorosa recuperação chinesa. O país tende a se beneficiar da vitória de Biden, que deverá ser menos agressivo nos embates comerciais do que foi Trump. Na Europa, existe incerteza sobre a força da recuperação pós-pandemia. E as questões políticas, como o Brexit e as eleições federais alemãs, voltarão ao radar.

Cenário Interno

Para o ano de 2021, o principal fator para o mercado será a questão fiscal. O aumento de gastos devido a emergência da pandemia foi aceito como algo temporário, que seria reduzido o quanto antes. Existe, porém, o temor de que alguns destes gastos sejam estendidos para 2021, e até de que se tornem permanentes. Assim, o mercado acompanhará com muito critério e cautela toda esta questão, o que deverá trazer incerteza e volatilidade para os ativos financeiros em 2021. Em relação a atividade, existe expectativa de uma recuperação, mas não muito vigorosa. Ainda existe uma crescente preocupação com a inflação, e nesse sentido, a expectativa é de algum aumento de juros ao longo do próximo ano.

Seguem abaixo as estimativas de diversos indicadores da economia doméstica para os próximos anos, extraídas do relatório Focus, produzido pelo Banco Central do Brasil, divulgado em 04/12/2020.

Data	2020	2021	2022	2023	2024
IGP-M	24,09%	4,73%	4,00%	3,59%	3,50%
IGP-DI	23,82%	4,67%	4,00%	3,50%	3,50%
IPCA	4,21%	3,34%	3,50%	3,25%	3,20%
SELIC	2,66%	2,31%	4,08%	5,25%	6,00%
Dólar	R\$ 5,24	R\$ 5,16	R\$ 4,93	R\$ 4,89	R\$ 5,00
Juros Reais	-1,49%	-1,00%	0,56%	1,94%	2,71%
PIB	-4,40%	3,50%	2,50%	2,50%	2,50%

Dados de 04/12/2020

2. Objetivos da Gestão

O Plano de Contribuição Variável I (PCV I) é um plano misto, desta forma, os objetivos de gestão dos recursos não são os mesmos para as reservas dos participantes ativos e assistidos que escolheram a modalidade de Saque Programado como benefício em relação às reservas dos participantes assistidos de Renda Vitalícia.

Na fase de capitalização e no Saque Programado, o participante pode alocar as suas reservas no segmento de renda fixa e de renda variável conforme a sua escolha, respeitando as restrições existentes. O segmento de renda fixa baixo risco busca uma rentabilidade de 100% do CDI e o segmento de renda fixa médio risco busca uma rentabilidade de 105% do CDI. O segmento de renda variável busca uma rentabilidade atrelada ao índice IBRX-50, da Bolsa de Valores de São Paulo.

A gestão das reservas dos participantes assistidos em renda vitalícia, que apresenta meta atuarial de taxa de juros aprovada no plano de custeio + IGP-DI, busca:

- Obter uma rentabilidade piso equivalente a meta atuarial (taxa de juros aprovada no plano de custeio + IGP-DI) acrescida de 0,50%;
- Investir em ativos de baixo risco de crédito;
- Aplicar recursos em ativos líquidos de forma a garantir o pagamento dos benefícios previdenciários.
- Ajustar o fluxo de recebimento de contribuições acrescidas das receitas financeiras, com o pagamento dos proventos.

3. Alocação de recursos

3.1. Renda fixa

No ano de 2020, as taxas de juros no Brasil chegaram nos menores patamares históricos, diante da necessidade de estímulos devido a pandemia do COVID-19, com um quadro inflacionário benigno e atividade fraca. O cenário externo foi desafiador, mas o fluxo de capitais permaneceu consistente, permitindo que o Banco Central mantivesse ao longo do ano a política de juros baixos.

Para o ano de 2021, a expectativa é de que gradualmente o Banco Central eleve os juros, porém, estes devem continuar baixos. A questão fiscal brasileira será um ponto essencial, assim como a retomada da economia global e o sucesso da vacinação contra o COVID-19. Sendo assim, teremos mais um ano desafiador.

Nesse ambiente, a TELOS continuará avaliando todas as opções no segmento de renda fixa, mas também manterá postura criteriosa nas suas avaliações de risco.

3.2. Renda Variável

Por conta da continuação do cenário de juros baixos e a possibilidade de retomada da economia brasileira, mesmo que moderada, pretendemos manter nossos investimentos neste segmento. Nosso intuito é buscar diversificar nossa carteira e obter a possibilidade de rendimentos acima da Selic, que deve permanecer em patamares muito reduzidos ao longo do ano de 2021.

Sendo assim, manteremos o limite de alocação para o segmento de renda variável e avaliaremos oportunidades de investimentos neste segmento, principalmente em relação a fundos de investimentos em ações.

3.3. Investimentos Estruturados

Para o ano de 2021, manteremos o limite de alocação do ano anterior para o segmento. Todavia, avaliaremos oportunidades no segmento, principalmente em relação a fundos multimercados, em que pretendemos continuar investindo como no ano de 2020.

3.4. Investimentos no Exterior

Por conta da continuação do cenário de juros baixos e os desafios fiscais da economia brasileira, entendemos que é um bom momento para buscar diversificar nossos investimentos para ativos estrangeiros. Nosso intuito é buscar diversificar nossa carteira e obter a possibilidade de rendimentos acima da Selic, que deve permanecer em patamares muito reduzidos ao longo do ano de 2021.

Sendo assim, aumentaremos o limite de alocação para o segmento de investimentos no exterior e avaliaremos oportunidades de investimentos neste segmento, principalmente em relação a fundos de investimentos que investem diretamente em fundos estrangeiros.

3.5. Imobiliário

Manteremos o limite de alocação do ano anterior para o segmento de imóveis.

3.6. Operações com Participantes

Manteremos a revisão constante da concessão de empréstimos e financiamentos, à luz da meta atuarial da Fundação.

3.7. Limites de Alocação para 2021 (Posição em 30/11/2020)

	PL (R\$ Mil)	Atual	Alvo	2021		2020	
				MÍN	MÁX	MÍN	MÁX
Renda Fixa	R\$ 4.847.403,46	91,8%	88,8%	70%	100%	70%	100%
Títulos Públicos	R\$ 4.799.367,28	90,9%	87,6%	70%	100%	70%	100%
Títulos Privados	R\$ 48.036,18	0,9%	1,2%	0%	20%	0%	20%
Renda Variável	R\$ 325.583,94	6,2%	6,1%	0%	18%	0%	18%
Investimentos Estruturados	R\$ 65.225,00	1,2%	2,1%	0%	3%	0%	3%
Investimento no Exterior	R\$ -	0,0%	2,0%	0%	4%	0%	0%
Imóveis	R\$ -	0,0%	0,0%	0%	0%	0%	0%
Emp/fin	R\$ 34.450,95	0,7%	1,0%	0%	4%	0%	4%
Derivativos	R\$ -	0,0%	0,0%	0%	10%	0%	10%
TOTAL (*)	R\$ 5.279.264,74						

(*) Não computado o valor referente à dívida contratada com a patrocinadora

No Plano PCV I, a TELOS disponibiliza aos participantes ativos e assistidos da modalidade de Saque Programado, opções de fundos exclusivos de gestão terceirizada e de gestão da TELOS, nos segmentos de renda fixa e renda variável. Nesta modalidade, os participantes escolhem seus próprios perfis de investimento. Cabe ressaltar que os limites globais de alocação apresentados acima não se aplicam aos participantes no momento da confecção dos seus respectivos perfis de investimento. De toda maneira, os limites globais do Plano levam em consideração a alocação máxima possível em cada segmento pelos perfis dos participantes da mencionada modalidade. Por fim, estes perfis de investimentos seguem os mesmos limites estabelecidos pela Resolução 4.661 para os planos de benefícios em seus respectivos segmentos.

4. Diversificação

A TELOS observa todos limites e requisitos da Resolução nº 4.661, de 2018, do Conselho Monetário Nacional.

4.1. Renda Fixa

Uma vez apresentados os limites máximos de alocação para o segmento, a TELOS adicionalmente respeitará todos os limites de alocação para o segmento descritos na Resolução CMN 4.661/18, conforme:

I - até 100% (cem por cento) dos recursos de cada plano em:

a) títulos da dívida pública mobiliária federal interna; e

b) cotas de fundos de investimento admitidas à negociação no mercado secundário por intermédio de bolsa de valores, nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, cujas carteiras visem refletir as variações e rentabilidade de índice de referência de renda fixa (Fundo de Índice de Renda Fixa) composto exclusivamente por títulos da dívida pública mobiliária federal interna;

II - até 80% (oitenta por cento) dos recursos de cada plano em:

a) ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras bancárias autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;

b) ativos financeiros de renda fixa de emissão de sociedade por ações de capital aberto, incluídas as companhias securitizadoras; e

c) cotas de fundos de investimento admitidas à negociação no mercado secundário por intermédio de bolsa de valores, cujas carteiras sejam compostas por ativos financeiros que visem refletir as variações e rentabilidade de índices de referência de renda fixa (Fundo de Índice de Renda Fixa), nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários;

III - até 20% (vinte por cento) dos recursos de cada plano em:

a) títulos das dívidas públicas mobiliárias estaduais e municipais, desde que emitidos antes da vigência da Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014;

b) obrigações de organismos multilaterais emitidas no País;

c) ativos financeiros de renda fixa de emissão, com obrigação ou coobrigação, de instituições financeiras não bancárias e de cooperativas

de crédito, bancárias ou não bancárias, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;

d) debêntures emitidas por sociedade por ações de capital fechado nos termos do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011;

e) cotas de classe de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC) e cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios (FICFIDC), cédulas de crédito bancário (CCB), certificados de cédulas de crédito bancário (CCCB); e

f) cédulas de produto rural (CPR), certificados de direitos creditórios do agronegócio (CDCA), certificados de recebíveis do agronegócio (CRA) e warrant agropecuário (WA);

4.2. Renda Variável

Uma vez apresentados os limites máximos de alocação para o segmento, a TELOS adicionalmente respeitará todos os limites de alocação para o segmento descritos na Resolução CMN 4.661/18, conforme:

I - até 70% (setenta por cento) dos recursos de cada plano em ações, bônus de subscrição em ações, recibos de subscrição em ações, certificados de depósito de valores mobiliários e em cotas de fundos de índice referenciados em ações de emissão de sociedade por ações de capital aberto cujas ações sejam admitidas à negociação em segmento especial, instituído em bolsa de valores, que assegure, por meio de vínculo contratual entre a bolsa e o emissor, práticas diferenciadas de governança;

II - até 50% (cinquenta por cento) dos recursos de cada plano em ações, bônus de subscrição em ações, recibos de subscrição em ações, certificados de depósito de valores mobiliários e em cotas de fundos de índice referenciados em ações de emissão de sociedades por ações de capital aberto cujas ações sejam admitidas à negociação em bolsa de valores e que não estejam em segmento especial;

III - até 10% (dez por cento) dos recursos de cada plano em Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificados como nível II e III, observada a regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários; e

IV - até 3% (três por cento) dos recursos de cada plano em certificados representativos de ouro físico no padrão negociado em bolsa de mercadorias e de futuros.

4.3. Investimentos Estruturados

Uma vez apresentados os limites máximos de alocação para o segmento, a TELOS adicionalmente respeitará todos os limites de alocação para o segmento descritos na Resolução CMN 4.661/18, conforme:

I - respeitado o limite máximo de que trata o caput, até 15% (quinze por cento) dos recursos do plano em cada um dos seguintes ativos financeiros:

a) cotas de fundos de investimento em participações (FIP);

b) cotas de fundos de investimento classificados como multimercado (FIM) e em cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como multimercado (FICFIM); e

c) cotas de fundos de investimento classificados como “Ações – Mercado de Acesso”, observada a regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários;

II - até 10% (dez por cento) dos recursos do plano em certificados de operações estruturadas (COE).

4.4. Investimento no Exterior

Uma vez apresentados os limites máximos de alocação para o segmento, a TELOS adicionalmente respeitará todos os limites de alocação para o segmento descritos na Resolução CMN 4.661/18, conforme:

I – cotas de fundos de investimento e cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como “Renda Fixa - Dívida Externa”;

II – cotas de fundos de índice do exterior admitidas à negociação em bolsa de valores do Brasil;

III – cotas de fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo “Investimento no Exterior”, nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, que invistam, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) do seu patrimônio líquido em cotas de fundos de investimento constituídos no exterior;

IV – cotas de fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo “Investimento no Exterior”, nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários;

V – Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificado como nível I e cotas dos fundos da classe “Ações – BDR Nível I”, nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários; e

VI – ativos financeiros no exterior pertencentes às carteiras dos fundos constituídos no Brasil, nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, que não estejam previstos nos incisos anteriores.

4.5. Imobiliário

Uma vez apresentados os limites máximos de alocação para o segmento, a TELOS adicionalmente respeitará todos os limites de alocação para o segmento descritos na Resolução CMN 4.661/18, conforme:

I – cotas de fundos de investimento imobiliário (FII) e cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento imobiliário (FICFII);

II – certificados de recebíveis imobiliários (CRI); e

III – cédulas de crédito imobiliário (CCI).

4.6. Operações com Participantes

Uma vez apresentados os limites máximos de alocação para o segmento, a TELOS adicionalmente respeitará todos os limites de alocação para o segmento descritos na Resolução CMN 4.661/18, conforme:

I – empréstimos pessoais concedidos com recursos do plano de benefícios aos seus participantes e assistidos; e

II – financiamentos imobiliários concedidos com recursos do plano de benefícios aos seus participantes e assistidos.

4.7. Limites de Alocação e Concentração por Emissor e de Concentração por Investimentos

Para os limites de alocação e concentração por emissor e de concentração por investimentos, manteremos os limites previstos na Resolução CMN 4.661/18, conforme capítulo VI e descritos nos artigos 27 e 28.

5. Gestão TELOS - Operações

Para a realização de operações de compra e venda de ativos de renda fixa e renda variável, a TELOS dispõe de um ranking de corretoras, que é atualizado anualmente e privilegia as instituições líderes de mercado, sólidas e com um bom relacionamento com a Fundação.

Nesse processo de seleção de corretoras são inseridos questionários com perguntas eliminatórias, processo de *due-dilligence* e avaliação de critérios subjetivos.

Para a execução de operações no mercado de renda fixa, sempre utilizamos Plataformas Eletrônicas de Negociação.

A seleção da corretora a ser utilizada para a execução de uma operação, seja de renda fixa quanto de renda variável, leva em consideração o menor custo financeiro para a Fundação.

6. Gestão Terceirizada

Todo o processo de contratação de gestores das carteiras de renda fixa e renda variável é regido por normas internas, e é dividido em cinco etapas, descritas a seguir:

- **Pré-Seleção** - As empresas gestoras a serem consideradas para o processo deverão possuir um volume mínimo de recursos sob gestão. Este limite mínimo aplica-se igualmente a gestores ligados ou não a instituições financeiras.
- **Análise Comparativa de Desempenho dos Gestores** - Para a análise do desempenho, os gestores serão separados em dois grupos: gestores que já administram recursos da TELOS e gestores que não administram recursos da TELOS.

No primeiro grupo, será comparada a qualidade dos gestores com base na amostra de fundos da TELOS. A comparação entre gestores é feita através de ferramentas quantitativas que analisam os históricos de rentabilidade e risco, levando em conta os regulamentos e os perfis dos fundos.

No segundo grupo, além das comparações descritas no parágrafo anterior, a análise de desempenho será realizada através da comparação de vários indicadores com um grande grupo de fundos no mercado:

- **Análise dos Custos Envolvidos** - Nesta etapa serão analisados os custos de administração e gestão propostos por cada instituição selecionada.

- **Processo de *Due-Diligence*** - Nesta etapa obtemos informações detalhadas sobre a empresa gestora de recursos, incluindo os aspectos técnicos, operacionais e gerenciais relevantes, e a qualidade de atendimento ao cliente.
- **CrITÉrios Qualitativos** - Esta última etapa da análise consolida os resultados apurados nas etapas anteriores, indicando quais gestores têm estrutura operacional, técnica, gerencial e de suporte ao cliente adequada, segundo os parâmetros definidos pela equipe da TELOS.

A TELOS também observa as normas internas de Escolha de Custodiante e Administrador Fiduciário de Fundos Exclusivos, Carteira Administrada e Própria e os Procedimentos de Contratação de Serviço e Aquisição de Materiais que visam estabelecer critérios para seleção, acompanhamento e avaliação dos prestadores de serviços.

A TELOS dispõe de um Sistema de Gestão de Qualidade certificado pela ISO 9001:2015, que inclui todo o processo de seleção, acompanhamento e avaliação de prestadores de serviços relacionados à administração de carteiras de valores mobiliários e de fundo de investimento descritos neste capítulo.

7. Gerenciamento de riscos

A TELOS realiza internamente o gerenciamento dos riscos do plano. Esse controle é dividido da seguinte forma:

- **Análise do Risco de Mercado e Liquidez** – Medidas de monitoramento de risco são aplicadas aos fundos, tais como o VaR utilizado para monitorar as carteiras de renda fixa e que consiste na medição da estimativa de perda potencial esperada dos fundos em um determinado período de tempo e dentro de um intervalo de confiança; e o *Tracking-Error*, utilizado para as carteiras de renda variável, que mede o risco de os fundos não conseguirem acompanhar a performance do seu *benchmark*.
- **Análise do Risco de Crédito e Liquidez** - Realizamos o monitoramento dos limites internos e legais, assim como a classificação de risco (baixo e médio/alto risco de crédito) dos ativos a fim de mitigar o risco de inadimplência ou *default* de seus emissores e contrapartes.
- **Análise das Operações com Derivativos** – Ainda que as operações com derivativos tenham o objetivo de proteger a carteira de oscilações de mercado, estas podem incorrer em perdas. Assim, realizamos acompanhamentos diários de forma a não ultrapassar os limites internos e legais.
- **Análise de Risco Sistêmico** - Monitoramento constante dos indicadores internos e externos e acompanhamento detalhado dos principais

acontecimentos globais a fim de proteger a rentabilidade dos fundos contra fatores exógenos prejudiciais.

- Análise de Risco Operacional e Legal - Manutenção do constante treinamento de seus funcionários, mapeamento de riscos e a adoção de medidas que resultem em mais segurança e transparência para a Fundação. Tais atividades resultaram na inclusão do Processo de Gestão de Investimentos no Sistema de Qualidade da TELOS no final de 2009.
- Análise de Longo Prazo e Liquidez: A TELOS, por possuir um passivo de longo prazo de maturação, não necessita manter 100% de seus investimentos em ativos que tenham liquidez, porém devemos provê-la ao longo do tempo de forma a cumprir nossos compromissos atuariais. Para tal monitoramento, chamado de ALM (*Asset Liability Management*), a TELOS realiza simulações com diferentes cenários de renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, imóveis e operações com o participante de forma a avaliar a solvência do plano, e de auxiliar na gestão ao apontar os volumes ótimos de vencimentos para a carteira do plano.

A TELOS realiza o monitoramento do risco dos investimentos, que verifica a aderência dos fundos à política de Investimentos, legislações aplicáveis, regulamento dos fundos e limites estabelecidos internamente. A TELOS, além do controle de risco executado pelo administrador fiduciário contratado, também possui o Comitê de Risco que é responsável por elaborar e monitorar as políticas e diretrizes para tolerância e controle de risco de mercado e de crédito dos investimentos realizados. O Comitê de Risco composto por 6 (seis) membros:

- Diretor Financeiro;
- Gerente Financeiro;
- Gerente de Investimentos;
- Gerente de Controladoria;
- Gerente de Normas e Atuária, e
- Analista de Risco.

A TELOS dispõe de um Sistema de Gestão de Qualidade certificado pela ISO 9001:2015, que dá ênfase para a gestão de risco.

8. Derivativos

Como descrito no item 7, a TELOS mantém o acompanhamento diário das operações que envolvem derivativos, de forma que não excedam os limites na Política de Investimentos da TELOS e os estabelecidos pela Resolução CMN 4.661, no artigo 30 do capítulo VIII.

Na gestão interna, a TELOS poderá fazer o uso de derivativos com a finalidade de hedge das posições que compõem as carteiras. Já na gestão terceirizada,

existe também a possibilidade de posições direcionais, porém, sempre limitadas pelos respectivos mandatos e à legislação vigente.

9. Apreçamento dos ativos financeiros

O apreçamento dos Títulos e Valores Mobiliários que compõem as carteiras dos Fundos de Investimentos Exclusivos de gestão da TELOS e de terceiros, assim como a carteira própria, é feito pelo administrador fiduciário da TELOS.

10. Responsabilidade Socioambiental e Governança

A TELOS é aderente aos princípios de responsabilidade socioambiental, prezando pelo respeito ao meio ambiente, convívio social e boas práticas de Governança.

A TELOS observa princípios socioambientais na gestão dos recursos, acompanhando permanentemente investimentos em melhorias dos processos operacionais com impactos positivos ao meio ambiente nos ativos que detém. Nas análises de crédito privado e novos investimentos, licenças e impactos ambientais são sempre discutidos. Novas ferramentas estão sendo desenvolvidas para aumentar o escopo do nosso compromisso de investimento responsável.

Na administração dos recursos dos gestores terceirizados, dada a discricionariedade do mandato, os princípios socioambientais são observados sempre que possível. A fundação não é signatária de protocolos de regras.

A TELOS adota as melhores práticas de governança corporativa para assegurar, em conjunto com todas as áreas, o alcance dos principais objetivos do negócio: eficiência e eficácia; exatidão e integridade; confiabilidade; efetivo controle dos riscos; mitigação de potenciais conflitos de interesse; e conformidade com leis e regulamentos. Para consolidar os princípios e práticas de governança, a TELOS conta com o Comitê de Compliance, Comitê de Risco, Código de Comportamento Ético e Código de Conduta da Área de Administração Financeira, dentre outros mecanismos descritos nesta própria política.

A TELOS dispõe de um Sistema de Gestão de Qualidade certificado pela ISO 9001:2015 em que, dentre outros assuntos, leva em consideração aspectos socioambientais e de governança no processo decisório.

A TELOS aderiu em 09 de junho de 2009 ao Código Operacional de Mercado da ANBIMA, inclusive no que concerne à observância dos princípios e regras contidos no Código de Ética da ANBIMA.

Mantemos padrões de responsabilidade e transparência na gestão dos recursos de forma a atender os interesses dos nossos participantes e patrocinadores.

11. Mitigação de Potenciais Conflitos de Interesses

Os conflitos de interesses surgem principalmente quando os interesses pessoais de seus empregados e/ou interesses de terceiros interferem nos interesses da Fundação.

A TELOS reconhece a possibilidade de que seus empregados guardem relações de parentesco ou afinidade com participantes, fornecedores e outros agentes.

Essa situação em si não é proibida. No entanto, em observância ao espírito ético da nossa cultura empresarial, qualquer empregado que se encontre neste tipo de situação deverá se abster de participar do atendimento, tramitação ou resolução de assuntos nos quais tenha interesse pessoal, familiar ou de negócios, e informar essa circunstância ao seu superior imediato, que, por sua vez, a comunicará à Diretoria Executiva. Nesse contexto, devemos ter presente, a todo tempo, que nossa primeira obrigação profissional é com a Fundação.

Além disso, todo empregado deve se abster de estabelecer qualquer tipo de relação ou realizar qualquer tipo de atividade - incluindo manter vínculo de trabalho subordinado com outras pessoas ou prestar serviços por conta própria – que interfira em seu desempenho na Fundação, que seja incompatível com as suas funções na Fundação ou que traga riscos de causar danos à imagem da TELOS.

Também devemos nos abster de aceitar presentes, gratificações ou cortesias que possam nos criar um compromisso, influenciar nas nossas decisões ou afetar as relações comerciais da empresa.

Em certas relações comerciais, a aceitação de refeições, lanches e outros tipos de hospitalidade é considerada normal e se considera que não influencia as decisões de uma pessoa. Essas cortesias devem ser reportadas e autorizadas previamente pelo superior imediato, estar dentro de parâmetros de normalidade e limitar-se ao mínimo, e deve haver reciprocidade.

Além disso, a TELOS, no artigo 27 do seu estatuto consta que os diretores e conselheiros, respectivos cônjuges e parentes até o segundo grau, não poderão efetuar operações financeiras e comerciais de qualquer natureza com a TELOS, salvo quanto a operações de empréstimos e financiamentos como Participantes e Assistidos, de acordo com a legislação vigente. São vedadas relações comerciais entre a TELOS e empresas das quais qualquer diretor ou

conselheiro seja diretor, gerente, acionista majoritário, sócio empregado ou procurador.

O disposto parágrafo precedente não se aplica à relações entre a TELOS e as suas patrocinadoras, relações estas que visarão sempre à consecução dos fins da TELOS e ao benefício dos Participantes.

12. Separação de Responsabilidades e Alçadas

A TELOS dispõe de um Sistema de Gestão de Qualidade certificado pela ISO 9001:2015 em que, dentre outros assuntos, detalha o processo de investimentos da TELOS, com a devida separação de responsabilidades e objetivos associados aos mandatos de todos os agentes que participem do processo de análise, avaliação, gerenciamento, assessoramento e decisão sobre a aplicação dos recursos dos planos da entidade, inclusive com a definição das alçadas de decisão de cada instância, que segue abaixo:

- Comitê de Gestão - Participam o Diretor Financeiro da TELOS (Presidente do comitê), o Gerente de Investimentos e o Gerente Financeiro. O Comitê de Gestão está subordinado à Diretoria Executiva. No Comitê são abordados assuntos relacionados aos investimentos da TELOS, incluindo o monitoramento, elaboração de mandatos e análise das estratégias da Gestão Terceirizada. Oportunidades de investimentos poderão ser apresentadas aos demais membros do Comitê. Cabe ao Comitê avaliá-las e decidir pela execução das mesmas, desde que estas estejam de acordo com a Política de Investimentos da Fundação, com a legislação vigente e ainda, tenham o seu financeiro total inferior ou igual a 2% do patrimônio total do plano em questão (PBD ou PCV I), com exceção para o segmento de Imóveis. Caso o segmento seja de imóveis ou o financeiro superior a 2%, a proposta deverá ser encaminhada à Diretoria Executiva. Em cada reunião do Comitê é confeccionada Ata sumária, que contém a decisão dos assuntos abordados, todas as operações realizadas no período pela Gerência de Investimentos e outras informações relativas à Gestão TELOS e Terceirizada.
- Diretoria Executiva - A Diretoria Executiva analisa as oportunidades de investimentos que lhe forem encaminhadas. Caso julgue que a oportunidade não seja atrativa, esta é diretamente descartada. Se a Diretoria Executiva julgar a oportunidade de investimento atrativa e o financeiro total da operação for inferior a 10% do patrimônio total do plano em questão (PBD ou PCV I), de acordo com o Estatuto da TELOS, esta será aprovada, com exceção para o segmento de Imóveis. Se a Diretoria Executiva julgar a oportunidade de investimento atrativa e esta for do segmento de Imóveis, ou se o financeiro total da operação for superior a 10% do patrimônio total do plano em questão (PBD ou PCV I), de acordo com o Estatuto da TELOS esta será submetida ao Conselho Deliberativo.

- Conselho Deliberativo - O Conselho Deliberativo analisa as oportunidades de investimentos que lhe forem encaminhadas. Caso julgue que a oportunidade não seja atrativa, esta será descartada. Se o Conselho Deliberativo julgar a oportunidade de investimento atrativa, de acordo com o Estatuto da TELOS esta será aprovada.
- Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ): Andrea Morango Pittigliani
- Quadro de Alçadas e Responsabilidades:

Executor	Analista de Investimentos, ou Coordenador de Investimentos
Conferente	Analista de Investimentos, ou Coordenador de Investimentos, ou Gerente de Investimentos
Aprovação inferior ou igual a 2% do patrimônio total do plano em questão (PBD ou PCV I).	Gerente de Investimentos
Aprovação entre 2% e 10% do patrimônio total do plano em questão (PBD ou PCV I).	Diretoria Executiva
Aprovação igual ou superior a 10% do patrimônio total do plano em questão (PBD ou PCV I), ou segmento de Imóveis.	Conselho Deliberativo

13. Rentabilidades nos Últimos 5 Anos

Segmento	PCV I - Rentabilidade Líquida (%)									
	Rentabilidade em relação ao índice de Referência (Índice de referência: IGP-DI + 4,10%)									
	2016	Acumulado 2016	2017	Acumulado 2016-2017	2018	Acumulado 2016-2018	2019	Acumulado 2016-2019	2020	Acumulado 2016-2020
Renda Fixa:	14,65%	14,65%	8,53%	24,42%	9,87%	36,70%	9,38%	49,52%	14,74%	71,56%
	IGP-DI +6,96%	IGP-DI +6,96%	IGP-DI +8,98%	IGP-DI +7,97%	IGP-DI +2,59%	IGP-DI +6,14%	IGP-DI +1,56%	IGP-DI +4,98%	IGP-DI -6,78%	IGP-DI +2,51%
Renda Variável:	34,99%	34,99%	26,82%	71,19%	14,98%	96,84%	28,91%	153,74%	1,86%	158,47%
	IGP-DI +25,94%	IGP-DI +25,94%	IGP-DI +27,35%	IGP-DI +26,65%	IGP-DI +7,36%	IGP-DI +19,86%	IGP-DI +19,69%	IGP-DI +19,82%	IGP-DI -17,24%	IGP-DI +11,27%
Imobiliário:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos Estruturados:	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	13,42%	13,42%	0,88%	14,41%
	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	IGP-DI +10,42%	IGP-DI +10,42%	IGP-DI -18,04%	IGP-DI -6,78%
Operações com Participantes:	14,44%	14,44%	6,03%	21,34%	16,98%	41,95%	10,89%	57,40%	31,56%	107,07%
	IGP-DI +6,78%	IGP-DI +6,78%	IGP-DI +6,47%	IGP-DI +6,62%	IGP-DI +9,23%	IGP-DI +7,49%	IGP-DI +2,96%	IGP-DI +6,34%	IGP-DI +6,88%	IGP-DI +6,45%
Total do Plano:	15,21%	15,21%	8,99%	25,57%	10,11%	38,27%	10,39%	52,64%	14,14%	74,23%
	IGP-DI +7,49%	IGP-DI +7,49%	IGP-DI +9,45%	IGP-DI +8,47%	IGP-DI +2,82%	IGP-DI +6,55%	IGP-DI +2,51%	IGP-DI +5,52%	IGP-DI -7,27%	IGP-DI +2,83%

14. Operações com Patrocinadores

A TELOS não realizou operações em ativos financeiros ligados a patrocinador e demais empresas ligadas ao grupo econômico da patrocinadora, conforme § 4º da Resolução nº 4.661, de 2018, do Conselho Monetário Nacional, observado o sigilo da informação.

15. Comunicação com o Participante

A TELOS também disponibilizará em seu site institucional, além das informações mínimas exigidas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), toda essa Política de Investimentos.